

*Power and inequality in language education*,  
org. James E. Tollefson. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, 212 pp.+ iv.

JOHN ROBERT SCHMITZ  
UNICAMP

A publicação de *Power and Inequality in Language Education* como volume integrante da “Cambridge Applied Linguistics Series” é muito feliz, pois reflete o interesse, por parte de lingüistas aplicados, pelas teorias da linguagem e pela relação da mesma com a sociedade. Este livro, organizado por James W. Tollefson, apresenta outra dimensão da Lingüística Aplicada, mais recente, mas bastante amadurecida, voltada para o estudo e para a análise da questão do poder e da desigualdade no ensino. Diferente dos outros volumes da referida série que enfatizam problemas e questões voltados para a metodologia de ensino de línguas, esta publicação focaliza os vários temas relacionados com a linguagem e a sociedade como:

(i) o ensino bilingüe do espanhol e do inglês nos EUA (Ofelia Garcia, “Spanish Language Loss as a Determinant of Income among Latinos in the United States: Implications for Policy in the Schools”); a divulgação e ensino bilingüe no Peru, (Nancy Hornberger, “Five Vowels or Three?: Linguistics and Politics in Quechua Language Planning in Peru”); a questão de uma política de apoio ao bilingüismo ou à contenção do mesmo numa gama de diferentes línguas de diversos grupos étnicos residentes na Grã-Bretanha (Marilyn Martin-Jones e Makul Saxena, “Supporting or Containing Bilingualism? Policies, power, asymmetries, and pedagogic practice in mainstream primary classrooms”);

(ii) influências ideológicas na tomada do poder lingüístico e cultural na Austrália (Brian M. Bullivant, “Ideological Influences on linguistic and cultural empowerment: an Australian example”);

(iii) o planejamento lingüístico e movimentos em prol de uma língua oficial no caso dos EUA (Thomas S. Donahue, “American Language Policy and Compensatory Opinion”) e também as campanhas para a oficialização do holandês na Bélgica, do hindí na Índia e a divulgação de diferentes línguas étnicas nas diferentes repúblicas da antiga União Soviética em lugar do russo (Selma K. Sonntag, “Elite Competitions and Official Language Movements”);

(iv) a relação entre linguagem e o poder em conjunto com uma eventual intervenção educacional nas escolas das ilhas Salomão (Karen Ann Watson-Gegeo e David Welchman Gegeo (“Understanding language and power in the Solomon Islands: Methodological lessons for educational intervention”));

(v) a relação do poder e a desigualdade (Elsa Roberts Auerbach, “The Politics of the ESL Classroom: Issues of Power in Pedagogical Choices”) e a questão das implicações políticas da divulgação global do Inglês como Segunda Língua e/ou língua oficial em vários países africanos e asiáticos (Alastair Pennycook, “English in the World/The World in English”).

Um cotejo dos nove artigos da coletânea apresenta aos estudiosos na área de estudos lingüísticos temas de grande relevância para a pesquisa em Lingüística Aplicada (doravante LA). O primeiro tema, sem dúvida, o mais importante é a proposta de que a pesquisa na referida área deve incorporar como embasamento central o estudo da questão de poder. Seguindo uma bibliografia especializada sobre a temática do poder (Terdiman, 1985; Fairclough, 1989; Freire, 1985; Bakhtin, 1981; Foucault, 1979; Giroux, 1987), todos os colaboradores do volume percebem o poder como resultado dos diversos relacionamentos interpessoais ou intergrupais nos quais as disputas pelo mesmo são ganhas ou perdidas. É consenso geral por parte de todos os autores que os lingüistas aplicados devem estar conscientes de que a metodologia de trabalho utilizada nunca é “livre”, pois as pesquisas realizadas não são “neutras” e as decisões tomadas com respeito a um determinado idioma evidenciam as disputas pelo poder no bojo da sociedade na qual a pesquisa foi realizada.

Outro tema básico aventado pelos diferentes autores da coletânea é que o Ensino de Inglês como Língua Internacional é, na verdade, uma prática imperialista, porque o referido idioma serve aos interesses de elites em vários países do mundo e espelha a política exterior dos governos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Para Pennycook, por exemplo, esta reflexão é essencial para o desenvolvimento e até para a própria sobrevivência da LA como uma disciplina “séria”, não atrelada ou “vendida” aos interesses políticos, econômicos ou culturais dos respectivos governos que protegem os interesses das elites no exercício do poder. As causas e as conseqüências de movimentos migratórios de um país para outro e dentro de um país específico no que diz respeito a problemas lingüísticos e culturais comprometem a seriedade da LA porque os resultados das pesquisas e as tomadas de decisão, em vários casos, contribuem para prejudicar os grupos minoritários, assim contribuindo para uma continuação de uma desigualdade econômica, política e social. Deste modo, a própria pauta de pesquisa da LA serve na verdade aos interesses das elites e, em muitas partes do mundo, faz as apologias da língua e culturas inglesa e norte-americana e conseqüentemente relega a um papel realmente marginal em vários países africanos ou asiáticos, em certos casos, vários grupos étnicos que preferem usar outro idioma ou que falam variedades não prestigiadas do inglês.

Já que o artigo de Pennycook está voltado para a problemática de ensino de língua inglesa como idioma internacional e para o próprio domínio do referido idioma sobre outras línguas do mundo, é importante, para ser justo, salientar que o autor não restringe o

escopo da LA exclusivamente ao ensino de línguas, pois a sua proposta tem implicações para o planejamento lingüístico em diferentes sociedades e para a educação bilíngüe em contextos de minorias lingüísticas.

Uma análise de todos os nove artigos da coletânea evidencia uma postura interdisciplinar por parte dos autores, especialmente nas áreas de Educação e Sociologia da Educação. À guisa de exemplificação desta afirmação, algumas fontes do artigo de Auerbach (“The Politics of the ESL Classroom: Ideas of Power in Pedagogical Choices”) podem ser citadas, pois representam plenamente o espírito do volume na sua íntegra:

J. Anyon (1980), “Social class and the hidden curricula of work”, *Journal of Education*. 162 (1):67-92.

J. Oates (1985), *Keeping Track: how Schools Structure Inequality*, New Haven: Yale University Press.

I. Shor, (1986) *Culture Wars: School and Society in the Conservative Restoration, 1969-1984*. Boston: Routledge and Kegan Paul.

Embora os artigos do livro sob apreço estejam voltados para a problemática do poder e da desigualdade no ensino em sociedades ou países bastante diferentes e até distantes do Brasil e da realidade brasileira, todos os capítulos têm informações preciosas e implicações pertinentes para uma compreensão da relação entre poder e desigualdade no âmbito do contexto brasileiro. Pormenorizando, Hornberger no trabalho “Five vowels or three? Linguistics and the politics in Quechua Language Planning in Peru” tece comentários sobre o desenvolvimento e o próprio futuro da língua quechua. Ela conclui que os próprios índios quechua devem decidir sobre os destinos da referida língua em vez de as decisões serem tomadas exclusivamente por peruanos de raça branca ou por grupos estrangeiros ligados a determinadas comunidades religiosas. No Brasil, pode-se perguntar se os vários grupos indígenas sempre têm o direito de decidir sobre o destino de seus respectivos idiomas ou se grupos alheios aos índios detêm o poder decisório.

Auerbach (“The Politics of the ESL Classroom: Issues of power in pedagogical choices”) afirma (p. 29) que uma reflexão sobre o papel do poder e as relações sociais entre grupos dentro e fora da sala de aula podem contribuir para uma formação de uma base para possível mudanças no uso do poder.

Auerbach lança mão da metodologia proposta por Freire que visa a estabelecer condições para que os estudantes possam participar da construção do conteúdo programático das disciplinas cursadas. O interesse por parte de Auerbach nas idéias de Paulo Freire é significativo. Cumpre perguntar, no entanto, se as idéias do educador brasileiro estão sendo estudadas e aplicadas em todas as escolas brasileiras ou se a influência do renomado educador é maior fora do contexto brasileiro.

O referido artigo também contribui para uma reflexão a respeito da utilização do poder em relação às decisões educacionais que precisam ser tomadas. É viável num país como o Brasil, de extensão continental, a centralização de todas as decisões num Ministério ou Secretaria de Educação? Não seria mais eficiente criar condições para que

as decisões sejam tomadas pelas comunidades locais? Ligado à questão de poder, Watson-Gegeo e Welchman-Gegeo no artigo (“ Understanding language and power in the Solomon Islands”) perguntam o que significa realmente um bom ensino. Nas palavras dos autores:

Quem deveria defini-lo? Seria definido em nível nacional, regional ou local?

Bullivant (“Ideological influences on linguistic and cultural empowerment”) tece comentários sobre a situação multilíngüe na Austrália e relata a história naquele país de xenofobia e atitudes chauvinistas com relação a estrangeiros, especialmente asiáticos. No contexto brasileiro, existem diferentes comunidades como a chinesa e a coreana em certas partes do país, e japoneses, poloneses, ucranianos e alemães em outras regiões. É interessante observar que, de acordo com a Constituição do Brasil, o índio brasileiro é o único grupo ou comunidade que tem o direito de manter as suas próprias escolas e aprender seus próprios idiomas, e isso antes de iniciar o estudo de português.

O artigo de García (“Spanish Language Loss as a determinant of income”) mostra que uma política do idioma nos EUA voltada para um monolíngüismo obrigatório em língua inglesa apaga a voz de outros grupos e dificulta a oportunidade por parte de *todos os cidadãos* (ênfase nossa) de ter contato com outros idiomas. No contexto brasileiro, o ensino exclusivo de uma única língua estrangeira nas escolas tem a desvantagem de oficializar uma dependência cultural e intelectual, fechando assim outras vozes, outros discursos e outras leituras do mundo.

O artigo de Pennycook ( “English in the world/the world in English”) reúne fontes importantes sobre o conceito de cultura visto como “... o processo pelo qual os indivíduos fazem sentido de suas vidas, um processo sempre envolvido nas disputas sobre significado e representação” (p. 47). Muito salutar no trabalho deste autor é a presença das idéias de Foucault (1979), Escobar (1985), Said (1978) e especialmente a teoria de resistência proposta por Giroux (1983) com a formação de contra-discursos. Segundo Terdiman (1985:38), os contra-discursos e as disputas pelo poder nunca são iguais, pois os diferentes grupos e comunidades utilizam as palavras nunca “em contemplação mas em competição” para atingir diferentes objetivos.

O trabalho de Donahue (“American language policy and contemporary opinion”) mostra que a campanha contra o ensino bilíngüe e o movimento em prol da oficialização do inglês (que acarreta uma restrição e até uma coibição do uso público de outros idiomas nos EUA ) camufla um problema grave: a rede pública de ensino norte-americana, no momento atual, não está contribuindo para a possível mobilidade social ascendente do corpo discente. Segundo Donahue (p. 138):

Uma rede de ensino pública ideal deve fornecer mais opções e escolhas com o intuito de promover uma mobilidade social ascendente na qual todos os indivíduos possam ter mais oportunidades na vida.

O livro sob apreço é de leitura importante para estudiosos na área de lingüística, sociolingüística, educação, ensino bilingüe, planejamento lingüístico, análise do discurso e lingüística aplicada em geral. O conteúdo interdisciplinar de todos os artigos é de interesse para professores de língua materna, pois os trabalhos apresentam bibliografias individuais com a indicação de fontes das ciências sociais e do campo de educação, fontes essas essenciais para o norteamento de outras pesquisas na disciplina de Lingüística Aplicada sobre a relação do poder e desigualdade no ensino.

---

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **The Dialogic Imagination**. Austin: University of Texas, 1981.
- ESCOBAR, A. "Discourse and Power in Development: Michael Foucault and the Relevance of his Work to the Third World", **Alternatives** 10:337-400, 1985.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. London: Longman, 1989.
- FOUCAULT, M. **Discipline and Punish: The Birth of the Prison**. New York: Vintage, 1979.
- FREIRE, P. **The Politics of Education: Culture, Power and Liberation**. South Hadley, Mass: Bergin-Garvey, 1985.
- GIROUX, H. **Theory and Resistance in Education: A Pedagogy for the Opposition**. South Hadley, Mass. Bergin-Garvey, 1983.
- SAID, E. **Orientalism**. New York: Random House, 1978.
- FOUCAULT, M. **Power/knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977**. C. Gordon (org.) New York: Plenum Press, 1980.
- TERDIMAN. **Discourse/Counter-discourse**. Ithaca, N.Y.: Cornell University, 1985.